
A ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA NO BRASIL DA PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1930): PRINCÍPIOS E TENDÊNCIAS

THE ORGANIZATION OF WORKERS IN BRAZIL IN THE FIRST
REPUBLIC (1889-1930): PRINCIPLES AND TRENDS

Selson Garutti¹

<http://lattes.cnpq.br/9230755254023658>

<http://orcid.org/0000-0001-5348-7842>

Rafael Pires Machado²

<http://lattes.cnpq.br/0459305409455324>

<http://orcid.org/0000-0002-5779-0977>

Recebido em 07/12/2018

Aceito em 25/11/2019

Resumo: Pesquisa de cunho bibliográfico, cuja base teórica dada por Antunes (1980; 1983;) e Carone (1979), seu objetivo consiste na análise das teorias que influenciaram a organização do operariado brasileiro na conjuntura da Primeira República (1889-1930). Dentro da organização operária brasileira, dois polos são fundamentais: (a) reduções de carga horária de trabalho; (b) Tomada de consciência de classe: os anarquistas e os reformistas. Conclui-se que nesse período foram poucas as conquistas reais que os trabalhadores tiveram na nascente república brasileira.

Palavras-chave: Organização Operária, Primeira República, Greves, Anarquismo e Comunismo.

Abstract: Bibliographical research based on theoretical support of Antunes (1980; 1983;) and Carone (1979), the aim of this study is the analyses of theories those influenced the Brazilian workers in First Republic (1889-1930). Inside the Brazilian workers organization two points are fundamental: (a) reduction of hours of work; (b) class conscience: the anarchists and the reformists. It is concluded that during this period there were few real conquests by workers in new Brazilian republic.

Key words: workers organization, Union, anarchism

1 INTRODUÇÃO

Pensar a organização operária é fundamental para conseguirmos analisar a importância dos trabalhadores para a transformação social e para tornar a sociedade humana e fraterna. Para isso, se faz necessário, perceber, de forma fundamentada, o atual momento político,

¹ Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa Paraná (UEPG). Professor de filosofia pela Secretaria de Educação do Paraná.

² Professor de Educação Física pela Secretaria de Educação do Estado do Paraná (SEED-PR). Licenciado em Educação Física (UNICESUMAR); Especialização em Educação Profissional (Instituto Paranaense de Ensino); Especialização em Educação de Jovens e Adultos (Instituto Paranaense de Ensino).

econômico e social do Brasil de forma concreta, entender todo o processo histórico do proletário brasileiro para termos uma atuação mais efetiva nos dias de hoje. A roda da história está sempre viva e, por isso se faz necessário voltar ao passado para compreender o presente e intervir nele, para modificar o futuro de forma dialética.

Como afirmam Marx e Engels (2007, p. 47) “*A história de todas as sociedades até nossos dias é a história de lutas de classes*”. No Brasil, isso não foge a regra e para entendermos como iniciou o pensamento social, político e econômico, com o objetivo de transformação radical, na questão estrutural do país, se faz necessário entender quais são os primeiros pensamentos que influenciaram a nascente classe operária na Primeira República (1889 – 1930) e como se consolidou a luta de classes no Brasil nesse período.

Desse modo, o objetivo geral do trabalho é analisar em qual conjuntura começou a se organizar o operário brasileiro e quais teorias o influenciaram. Para conseguir compreender esse contexto, a pesquisa faz uma análise da conjuntura brasileira partindo de sua totalidade, do contexto político e econômico no Brasil até chegar a suas particularidades - as questões mais específicas da organização operária no país.

Por meio de uma pesquisa de cunho bibliográfico (GIL, 2002), parte de uma perspectiva macroeconômica (BATALHA, 1992; 2000; 2003; GORENDER, 1988; RODRIGUES, 2009), para uma perspectiva mais restrita voltada ao operariado no Brasil (SILVA, 1977; CARONE, 1979 e ANTUNES, 1980, 1983). Dessa forma, tem-se uma melhor compreensão das lutas organizadas pelos operários, suas reivindicações e organizações dentro das primeiras indústrias brasileiras. Ponto importante de comparação entre as organizações operárias atuais em uma fase do capitalismo mais desenvolvido no Brasil.

Estudarmos o pensamento sociológico e filosófico da organização operária no Brasil é importante para a seguinte questão, segundo o professor Edgard Carone (1979):

A história é a ciência do concreto e do geral e se ela pode ser vista como um processo dialético ou de inter-relação, só podemos compreendê-la a partir do seu conjunto. [...] o momento histórico é condicionado pelo estágio de desenvolvimento das forças produtivas materiais e as forças institucionais e ideológicas respondem a este estágio (CARONE, 1979, p.2).

A pesquisa esta dividida em dois tópicos: No primeiro momento identifica a conjuntura política na Primeira República sob a perspectiva do macro político-econômica. Já o segundo momento, trata de forma mais específica do operário brasileiro, suas linhas, suas formas de organização e objetivos dentro da sociedade de classes.

2. A PRIMEIRA REPÚBLICA NO BRASIL

2.1 AS QUESTÕES POLÍTICAS

Ainda no Império brasileiro, começaram a ocorrer medidas que tornavam o Brasil um país agroexportador. Medidas tais como: aberturas dos portos em 1808, a transição, apesar de ter sido de forma gradual, do trabalho escravo para o trabalho assalariado – Lei Eusébio de Queiros 1850 (fim do tráfico de negros), Lei do Ventre Livre 1871 (O filho do escravo nasce “livre”), Lei dos sexagenários 1885 (liberdade após os 65 anos como escravo) e a Lei Áurea 1888 (fim da escravidão). Em dezembro de 1870 é divulgado o Manifesto Republicano de 1870, marco de referência para formação do pensamento republicano que começa a to-

mar corpo de forma gradual, em vistas das aspirações federalistas, visando uma ampliação tanto da autonomia política quanto administrativa das províncias.

O Manifesto Republicano de 1870, em sua concepção teórica, expressa por excelência os ideais republicanos como base doutrinal para a formação dos partidos políticos da Primeira República constituída pelas oligarquias estaduais coronelista do Brasil. Sua publicação representou o marco da campanha contra a monarquia, cuja sua principal característica era a divulgação das medidas federalistas quando fosse instituído a república.

Araújo (2012, p.119) assim definiu o Manifesto Republicano de 1870:

Toda via, além da crítica ao poder imperial e de evocações ao passado que dariam sustentação ao republicanismo, algumas palavras de ordem se fazem recorrentemente presentes. Dentre outras defesas dos direitos da nação, soberania do povo, homens livres subordinados aos interesses da pátria, liberdade civil e política, democracia, patriotismo, críticas aos privilégios de religião, de raça, de soberania e de posição, vontade coletiva do povo brasileiro, eleições livres, liberdade de consciência, liberdade econômica, liberdade de imprensa, liberdade de associação, liberdade do ensino, liberdade individual, princípio federativo, autonomia das unidades federadas, o papel das municipalidades em relação ao princípio federativo, governo representativo, soberania nacional, liberdade democrática, necessidade de uma assembleia constituinte, instauração de um novo regime, partido republicano federativo.

Desta forma, pode-se afirmar que o Manifesto Republicano (1870), compilado vinte anos antes da proclamação da República (15/11/1889), foi o que deu suporte ao pensamento republicano brasileiro. A Primeira República no Brasil tem seu início em 1889 e vai até 1930 e esse momento histórico permeia 41 anos. Período dominado pelas Oligarquias Cafeeiras e nessa época passaram pela Presidência da República treze presidentes, dos quais, sete eram de São Paulo e Minas e acabaram dominando o cenário político brasileiro da Primeira República.

No início da República, a população ficou alheia ao que ocorria – já que não participou dessa transição do império. Uma das primeiras medidas tomadas pelo governo provisório de Marechal Deodoro da Fonseca foi o banimento (a expulsão), da família Imperial. Outras medidas foram à transformação das províncias em Estados e a Convocação da Assembleia Constituinte que culminou, dessa forma, com uma nova constituição em 1891.

Em linhas gerais, foi sobre essa base que se formou o sistema político e econômico na Primeira República. A concentração das atividades econômicas tanto em São Paulo quanto em Minas Gerais, propiciou a formação de uma estrutura regional de classes. O que se desdobrou em um jogo de interesses políticos e econômicos constituído por diferentes grupos regionais no interior dessas classes dominantes. Tanto a burguesia agrária e comercial quanto a industrial produzissem uma guerra sem guerra, puxavam para si vantagens cada vez maiores. Movimento que agudizou ainda mais as contradições entre as oligarquias agrárias e os setores urbano-industriais.

Jogo de interesses, o qual segundo Fausto (1973, p. 05), foi ganho pela oligarquia cafeeira de São Paulo, pois “sua capacidade de articulação permitiu que ela fosse mais que beneficiária da ação do Estado e que forjasse as instituições estatais e as transformasse no instrumento do seu interesse”. Relação de poder onde se explicitava o papel do Estado na Primeira República, dado pela representação dos interesses da classe dominante da burguesia cafeeira de São Paulo.

No Brasil, a mudança do Império para República, não trouxe grandes mudanças para a população de forma geral. Na verdade, iniciou um processo do trabalho assalariado ao invés do trabalho escravo. Mas a classe dominante era a mesma, constituída pelas oligarquias, e os fazendeiros e o nascente polo de industriais faziam suas alianças com esses setores conservadores. Esse movimento foi o resultado da ação dos grandes proprietários de terras que tinham interesses em estar no poder.

O início da República foi marcado por muitas divergências entre as diversas correntes republicanas – Quintino Bocaiúva, Benjamin Constant, Joaquim Nabuco, Campos Sales, Rui Barbosa e Demétrio Ribeiro –, a forma de governo ocorria através do regime representativo no qual o povo exercia seu poder de forma indireta. Poderia votar homens a partir de 21 anos desde que fossem alfabetizados. A administração pública passou a ser organizada pelos três poderes: executivo, legislativo e judiciário.

Durante a Primeira República, o pensamento positivista acabou ganhando uma maior força através de alguns políticos como Benjamin Constant que tinha como princípio incorporar o proletariado à sociedade brasileira. Entre 1891 (data da 1ª Constituinte) e 1919, o Congresso pouco fez em leis trabalhistas. O parlamento dizia não poder interferir nas relações de Capital e Trabalho, defendia o princípio liberal. Desse modo, a oligarquia dominante, tratou o problema das profundas desigualdades existente, como caso de polícia, destacando a repressão estatal contra o operariado (CERQUEIRA FILHO, 1982).

Um dos poucos parlamentares, que tentou fazer leis voltadas aos interesses dos trabalhadores, foi Maurício Lacerda e Nicanor Nascimento. Entretanto, nenhum de seus projetos foi aprovado pelo Congresso e podemos verificar isso no próprio site da Câmara dos Deputados, quando trata dessa questão histórica e das leis trabalhista:

Os Deputados Maurício de Lacerda e Nicanor Nascimento destacam-se na defesa das demandas da classe trabalhadora. A Lei de Acidentes do Trabalho é criada, então, em 1919; a lei de criação das Caixas de Aposentadorias e Pensões (Lei Elói Chaves), em 1924, que estabelecia a aposentadoria para trabalhadores ferroviários; a primeira Lei de Férias para trabalhadores foi aprovada graças ao trabalho do Deputado Henrique Dodsworth, em 1926; a Lei de Regulação do Trabalho de Menores, em 1926/1927. Ainda em 1923, um projeto de Agamenon Magalhães e Pacheco Oliveira pretendia fundar um Instituto de Pensões para empregados no Comércio (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2009).

A partir dessa colocação, podemos verificar que existiram alguns parlamentares com um pensamento reformista, que tentaram utilizar o Congresso como espaço de criação de leis voltadas aos interesses dos operários, mas que, infelizmente, essas leis não eram aprovadas, uma vez que a grande maioria dos parlamentares eram deputados comprometidos com os interesses dos Industriais e dos fazendeiros. Então, era um Estado que servia, desde seu início, para legitimar os interesses das classes dominantes no Brasil.

Podemos concluir que a questão política do período foi marcada pela política coronelista – quem dominava eram os fazendeiros do café de cada região do Brasil, em que o pensamento liberal e positivista começava a ganhar força no Brasil e que, devido a esse pensamento, poucos foram os avanços voltados aos interesses dos camponeses, dos operários e dos oprimidos, através da via institucional.

2.2 AS QUESTÕES ECONÔMICAS

Depois de fazer uma análise introdutória da questão política na República Velha e mostrar, de forma geral, que a democracia representativa consolidada, nesse período histórico, era apenas uma forma das Oligarquias do Café ter um maior acesso ao poder do Estado brasileiro; iremos tecer alguns comentários sobre a economia brasileira nesse momento, já que ocorreu uma mudança na questão do trabalho (transição da mão-de-obra escrava para a mão-de-obra assalariada) e do principal produto produzido no Brasil.

Ao tratar da economia brasileira, é imperativo tratar da Era do Liberalismo, pela qual para Caio Prado Júnior afirma que: “(...) o antigo sistema colonial, fundado naquilo que se convencionou chamar Pacto Colonial, e que representa o exclusivismo do comércio das colônias para as respectivas metrópoles, entra em declínio” (PRADO JÚNIOR, 2006, p. 123). A partir desse declínio colonial, surge uma nova ordem econômica mundial, a qual até o século XVII era dominada pelo capital comercial, somente no século XVIII o capital industrial se desenvolverá hegemonicamente. Processo reproduzido também no Brasil. Primeiro A produção capitalista se efetiva na expansão cafeeira e em um segundo momento pela industrialização crescente no país.

Tais transformações possibilitaram ao Estado de São Paulo uma superioridade econômica. Essa nova oligarquia, ao contrário das anteriores, passou a reinvestir seu capital, principalmente na nascente indústria, pois o café era:

Ao concluir-se o terceiro quartel do século XIX os termos do problema econômico brasileiro se haviam modificado basicamente. Surgira o produto que permitiria ao país reintegrar-se nas correntes em expansão do comércio mundial; concluída sua etapa de gestação, a economia cafeeira encontrava-se em condições de autofinanciar sua extraordinária expansão subsequente, estavam formados os quadros da nova classe dirigente que lideraria a grande expansão cafeeira (FURTADO, 2007, p. 172).

Ainda segundo Furtado (2007, p. 172), “restava por resolver, entretanto, o problema da mão-de-obra”. Problema o qual, só elevou a pressão pela abolição e a recrutar-se mão-de-obra na imigração europeia. Base histórica da formação da nascente da classe proletária.

O sociólogo Ricardo Antunes (1983) faz a seguinte análise do operário no Brasil:

A origem da classe operária ocorre nos últimos anos do século XIX, está vinculada ao processo de transformação da economia brasileira. Do trabalho escravo para o trabalho assalariado. Início das atividades industriais e a constituição de um mercado interno, a economia exportadora do café constituiu um capitalismo industrial no país (ANTUNES, 1983, p. 48).

Entretanto, a substituição da mão-de-obra escrava para a assalariada acaba por prejudicar os latifúndios, mais ainda no norte e nordeste. O que produziu como consequência, uma profunda crise econômica no país. As diversas falências bancárias acabaram por perder todas as vantagens propiciadas pelas reformas de 1898 condicionadas pela entrada do capital financeiro estrangeiro. Por outro lado, as pequenas propriedades de lavouras conseguem se modernizar. As quais conseguiram reverter parte de seu capital na implementação da industrialização, principalmente em São Paulo e um pouco no Rio de Janeiro.

No início da Primeira República, tinha como principais indústrias nacionais: Matarazzo,

Crespi, Gamba, Jafet e Klabin (GORENDER, 1988), as quais, em sua maioria, estavam instaladas em São Paulo e no Rio de Janeiro. Esse foi um período que, aos poucos, as indústrias começaram a se desenvolver no país. Porém, o processo de industrialização teve que transpor diversos obstáculos de infraestrutura, tais como, falta de energia e falta de siderurgia, mas principalmente, ausência de um mercado consumidor. Por outro lado, também teve facilidades, tais como, incentivo à produção de matérias-primas, além do baixo custo da mão-de-obra assalariada abundante (sobrante).

Mas, frente a essas várias controvérsias que marcaram o processo de industrialização brasileira da Primeira República, quais foram os elementos políticos e/ou econômicos preponderantes nesse processo?

Saes (1989) apresenta tal questão da seguinte forma:

Durante longo tempo, as discussões sobre a indústria na Primeira República (principalmente entre economistas) recolocou a questão já exposta para os anos 30: foi a crise das exportações que propiciou o crescimento da indústria? Ou foi a expansão das exportações que garantiu condições propícias para o desenvolvimento industrial? (SAES, 1989, p. 23).

Na mesma perspectiva, Estephan (2015) afirma que:

Ao longo dos anos as discussões sobre a formação industrial do Brasil na Primeira República e o papel do café neste processo foi alvo de controvérsias pontuadas por algumas questões: foi a Primeira Guerra Mundial que propiciou o crescimento da indústria? Ou foi a expansão das exportações que garantiu condições propícias para o desenvolvimento industrial? (ESTEPHAN, 2015, p.25)

Essas indagações se fazem presente tendo em vista a conjuntura instaurada a partir do fim da Primeira Guerra Mundial e, para sua melhor compreensão, deve-se levar em consideração a noção de que o nascente processo de industrialização foi induzido a se desenvolver devido às necessidades imputadas pelas exportações cafeeiras. Isso porque a guerra não estimulou a indústria, somente com as demandas da exportação de manufaturas como carne congelada, açúcar refinado e tecidos de algodão que a indústria pode se desenvolver (DEAN, 1971).

Em consequência a esse processo, ocorreu um salto no número dos operários brasileiros, visto que de 54 mil operários (1889) chegou-se ao final da República com 450 mil operários (1930). Observa-se que o crescimento no número de operários em mais de 700%, durante os 41 anos. Esses operários na sua maioria eram estrangeiros oriundos geralmente dos seguintes países: Itália, Espanha e Portugal.

Ademais, segundo Batalha (2003), essa composição étnica provocou muito mais dissenso do que consenso na formação inicial do operariado brasileiro.

A origem rural da imensa maioria dos imigrantes, sem experiência sindical ou política anterior, a perspectiva de ascensão social e as diferenças culturais – tanto entre os diferentes grupos de imigrantes como destes com relação ao operariado nativo –, que frequentemente resultam em conflitos étnicos, são alguns fatores que dificultam a organização operária. Entretanto, se não há dúvidas quanto à existência desses fatores, é muito difícil avaliar o seu peso efetivo e em que momentos tendem a exercer maior influência. No caso dos conflitos étnicos, por exemplo – sobre os quais não faltam testemunhos –, resta saber em que medida se trata de um fenômeno derivado da xenofobia e de identidades nacionais antagônicas dentro do movimento

operário ou se trata de um fenômeno conjuntural, relacionado, por exemplo, com momentos de maior disputa pelo mercado de trabalho (BATALHA, 2003, p. 166).

Apesar de toda a diversidade existente, a memória mais corrente do operariado da Primeira República é a do italiano anarquista. Mesmo que tais italianos não se percebam como italianos, mas sim, como vênéticos, lombardos, napolitanos e calabreses, grupos que não tinham nem o idioma em comum, sua única semelhança era o fato de todos serem europeus, camponeses e analfabetos em sua grande maioria. Outra semelhança era o fato de a grande maioria destes operários nunca terem contato com o anarquismo. Desta forma, todos os outros trabalhadores de outras etnias acabam ficando mais ainda na invisibilidade da invisibilidade, sobretudo os negros (BATALHA, 2000).

Essa ebulição étnica só teve fim em meados da década de 1930 quando segundo Rodrigues (2009, p. 118) “em São Paulo, completa-se o processo de mudança étnica (e cultural) do proletariado, passando os operários de origem europeia a ser uma minoria no conjunto de mão de obra”.

Trabalhadores, os quais tinha por característica serem:

[...] de origem rural ou das pequenas cidades do interior que se dirigiam para os grandes centros urbanos, especialmente São Paulo, eram dotados de tão baixa qualificação profissional e educacional, tão pouco socializados para o sistema social e técnico da fábrica que não concorriam com os operários já empregados, geralmente de origem europeia (RODRIGUES, 2009, p. 118).

Entretanto, quando o sistema de produção em série entrou em vigência, tornou possível o adestramento dos trabalhadores para a execução de diversas tarefas repetitivas que não exigia longos processos de aprendizagem, o que favoreceu mais ainda aos empregadores.

A questão econômica do Brasil pode ser dividida em dois polos: o primeiro polo era a produção do Café para exportação, já que o Brasil estava ainda dentro de uma economia agrária; o segundo polo são as Indústrias, que eram vistas no segundo plano, sem o mesmo valor da economia agrária. Diante disso, as questões dos trabalhadores do campo e da cidade, na perspectiva da luta de classes, terão tratamentos diferentes.

Devido a questões econômicas e financeiras do café, no período, o governo teve estratégias diferentes sobre a organização operária. Tentou cooptar setores importantes como os ferroviários e portuários devido à exportação do café e, assim, atendia e negociava as reivindicações. Outros setores que eram secundários à economia, como os trabalhadores das fábricas, só sobrava, como medida adotada pelo Estado, a repressão para coibir e acabar com os movimentos reivindicatórios. (ANTUNES, 1980).

Assim, o plano econômico, como o principal produto da economia era o café, o governo ficou próximo dos trabalhadores que estavam vinculados diretamente à exportação desse produto e, com isso, participava efetivamente nas demandas desse setor. Além de cooptar os líderes dessa organização operária como uma forma de não haver um levante contra o Estado e as Oligarquias Cafeeiras.

3. ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA

Os operários no Brasil se organizaram durante o final do século XIX e início do século

XX, através de seus congressos. Segundo Silva (1977), os socialistas brasileiros realizaram seu I Congresso em 1892, o qual tinha por objetivo a criação do Partido Socialista Brasileiro, o qual não foi atingido e o II Congresso em 1902. Os congressos operários ocorreriam no eixo Rio-São Paulo devido ao fato de serem esses os locais de maior concentração de trabalhadores urbanos. Seus objetivos eram defender os interesses coletivos dos trabalhadores, tais como: salário, melhores condições de trabalho, redução da jornada de trabalho semanal. O que vai ser diferente entre as várias tendências do movimento são os métodos para atingir esses objetivos.

Em Abril de 1906, ocorre no Rio de Janeiro o I Congresso Operário Brasileiro com a presença de 43 delegados operários, representando 33 setores diferentes das cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. O qual, segundo Batalha (1992, p.117) “tinham por inspiração o sindicalismo revolucionário da Confederação Geral do Trabalho (CGT) francesa”. Esse congresso tem, em sua essência ideias muito mais de sindicalista revolucionário do que anarquistas. Para Toledo (2004, p.13), o termo “sindicalismo revolucionário” tanto na França quanto no Brasil surge “como prática sindical, envolvendo militantes de diferentes tendências políticas” e não apenas anarquista.

Toledo (2004) assim define o sindicalismo revolucionário:

(...) uma prática sindical que se constitui como corrente política autônoma; é um movimento em defesa do sindicato como o único órgão capaz e suficiente para garantir as conquistas presentes e futuras dos trabalhadores; defende a luta de classes, a ação direta dos trabalhadores, autonomia operária associada à autonomia sindical e a neutralidade política do sindicato, ou seja, a não associação deste último a qualquer corrente política, o que se traduz em garantia de sua autonomia e da superação das divisões entre os trabalhadores (TOLEDO, 2004, p. 13).

Também Pinheiro e Hall (1979, p. 41) caminham nessa perspectiva de que em sua essência, os sindicalistas eram muito mais revolucionários do que propriamente anarquistas. Assim afirmam que “do anarquismo não se encontra praticamente nenhum traço”.

Silva (1977), assim define o Congresso de 1906:

No Congresso de 1906 prevalece a opinião de que só estando o proletariado organizado economicamente e independente dos partidos políticos é que poderia ele compreender o alcance das suas ações necessárias, isto é, greves, boicotes, sabotagens e manifestações públicas (SILVA, 1977, p. 79).

Esses Congressos auxiliavam formação de estratégias para conseguir uma melhor qualidade de vida para os operários brasileiros que, de forma geral, eram formados por estrangeiros que chegavam ao Brasil para trabalhar nas nascentes indústrias. Para Carone (1979, p. 5): “O fator qualidade deve-se prioritariamente à imigração, ao estrangeiro que vem trabalhar com assalariado rural e urbano – e que traz da Europa a sua experiência de luta e de organização, de pensamento e de reivindicação”.

Dessa forma, os operários, em sua maioria estrangeira, começam a se organizarem para reivindicar as melhores condições de trabalho. Dentro de suas indústrias, esses congressos foram um mecanismo de conseguir aglutinar trabalhadores de várias indústrias e cidades diferentes para traçar uma ação coletiva com trabalhadores que tinham sua consciência de classe para transformar a realidade econômica brasileira.

A relação entre operários e a nascente burguesia oscilava em dois polos: repressões vio-

lentas e tentativas de cooptação da organização operária. Em outras palavras, essas eram as formas que as oligarquias e a nascente burguesia utilizaram para coibir os trabalhadores. Para Ricardo Antunes (1983):

É necessário lembrar que já desde aquela época o Governo procurava controlar o Movimento Sindical brasileiro: exemplo disto foi o Congresso Operário de 1912, que teve como presidente honorário Hermes da Fonseca, então presidente da República, e que criou uma liderança governista dentro de alguns poucos sindicatos (ANTUNES, 1983, p. 50. 52).

A nascente burguesia e os fazendeiros tentavam se infiltrar nas organizações dos trabalhadores. Podemos analisar que, no Brasil, durante a República Velha, teve-se todo um atentado à liberdade coletiva e à participação ativa de todos os agentes da sociedade. Já que dos estrangeiros foram retirados o seu direito de lutar e manifestar-se como operário que estava buscando uma melhor condição de vida em nosso país. As classes dominantes brasileiras se organizavam rapidamente para não perderem o controle da sociedade. Além disso, “a manutenção da ordem a qualquer custo se torna a preocupação primordial das instituições de justiça e o direito penal aparece como o principal ramo do direito” (RIBEIRO; MACHADO, 2019, p. 156).

Dessa forma, só restava ao proletário contra-atacar essa linha de repressão e manutenção da ordem burguesa através de seus Congressos. Além disso, outra forma dos operários se organizarem para divulgar o seu pensamento foi por meio dos seus jornais, nos quais ocorria a publicação das ideias de cada linha e corrente dentro das fábricas. Entre os principais jornais operários, Carone (1979), cita: *O Protesto* (1899), *O Libertário* (1904), *A Terra Livre* (1905), *O Socialista* (1896), *O Grito do Povo* (1899), *Avanti* (1901), *A Batalha* (1901) e *O Trabalhador* (1904).

3.1 GREVES

Através dos congressos, os operários tiravam uma linha de ação para conseguirem avançar através de suas lutas contra os industriais, que eram o setor secundário da economia brasileira durante a República Velha. Uma das formas de conseguir mostrar a importância dos operários para os demais setores da sociedade era através das greves. Nesse sentido, Ricardo Antunes (1980) afirma que: “O estudo do movimento grevista mostra-se como um passo indispensável para se penetrar na atuação concreta da classe operária e, portanto, para o entendimento efetivo do seu nível de consciência” (ANTUNES, 1980, p. 169).

Em 1907, em respostas as greves e agitações que ocorriam nas indústrias brasileiras, o Congresso Federal criou um projeto de lei que regulava os sindicatos e, ao mesmo tempo, outra lei de expulsão de estrangeiros. Isso ocorreu através da lei 1.641 de 1907 do Deputado Adolpho Gordo, sancionada pelo então presidente Affonso Penna. A mesma tinha por objetivo expulsar os líderes estrangeiros que faziam suas lutas através de greves. A lei seguia as questões que atingiam os operários estrangeiros:

DECRETO Nº 1.641, DE 07 DE JANEIRO DE 1907.

Providencia sobre a expulsão de estrangeiros do território nacional.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1º O estrangeiro que, por qualquer motivo, comprometer a segurança nacional ou a tranquilidade publica, pode ser expulso de parte ou de todo o território nacional.

Art. 2º São também causas bastantes para a expulsão:

1ª, a condenação ou processo pelos tribunais estrangeiros por crimes ou delitos de natureza comum;

2ª, duas condenações, pelo menos, pelos tribunais brasileiro, por crimes ou delitos de natureza comum;

3ª, a vagabundagem, a mendicidade e o lenocínio competentemente verificados.

Art. 3º Não pode ser expulso o estrangeiro que residir no território da Republica por dois anos contínuos, ou por menos tempo, quando:

a) casado com brasileira;

b) viúvo com filho brasileiro.

Art. 4º O Poder Executivo pode impedir a entrada no território da Republica a todo estrangeiro cujos antecedentes autorizem inclui entre aqueles a que se referem os arts. 1º e 2º. [...]

Rio de Janeiro, 07 de janeiro de 1907, 19º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial de 09/01/1907

A maioria das greves ocorria devido aos baixos salários, ao excessivo número de horas de trabalho, que variavam de 12 a 16 horas por dia e às péssimas condições de trabalho das mulheres e dos menores. Frequentemente os paredistas se organizavam em comícios, passeatas e outras manifestações na tentativa de atrair a simpatia da população. Desse modo, a greve tornou-se um instrumento para se conseguir a negociação com os patrões e, com isso, avanços em suas pautas por melhores condições de vida.

Carone (1979) mostra que cada corrente operária tinha uma estratégia distinta em relação às greves, nas quais todas as tendências eram consideradas viáveis. Os católicos as aceitavam-na como circunstância última. Os reformistas, como inevitável, após o fracasso de um acordo amigável. Os anarquistas, quando traduziam a questão econômica e os comunistas, no momento de conquistas econômicas e políticas.

A primeira greve que ocorreu no Brasil, como relata Antunes (1983), no ano de 1858, através dos tipógrafos que reivindicavam um melhor salário - isso ainda no Império. Durante a República Velha as greves começavam a ocorrer com uma maior frequência e as mesmas, em sua maioria, são organizadas por setores do anarco-sindicalismo e dirigidas por imigrantes estrangeiros que estavam trabalhando no país.

O ano de 1917 teve um significado especial aos trabalhadores brasileiros, não apenas pela Revolução Russa, mas também pela Greve Geral de São Paulo. Os dados, segundo o professor Ricardo Antunes (1983), são os seguintes: de um número inicial de dois mil operários, a greve em poucos dias, atingiu um número de 45 mil trabalhadores e nela ocorreu a morte do sapateiro Antônio Martinez; atingido por um tiro no estômago durante uma manifestação operária. Para Dulles (1977):

Iniciada com a realização de uma paralisação em uma de suas principais empresas, o Cotonifício Crespi, por aumento de salários, a luta operaria generalizou-se, principalmente após o assassinato pela polícia de um manifestante de origem espanhola. Trabalhadores abandonaram seu posto de trabalho, a cidade parou, ficando sob o controle do Comitê de Defesa Proletária, já que o governo fugira da capital. O movimento já se alastrava para as cidades como Jundiaí, Campinas e Santos e recebia a solidariedade da Federação Operária do Rio de Janeiro, onde

milhares de operários inspirados pelos companheiros de São Paulo entravam em greve (DULLES, 1977, p. 56 – 58).

Por causa do enorme número de grevistas, esse movimento ficou marcado como uma das maiores greves da história do Brasil, que reuniu 45 mil operários parados por um mês. Devido a isso, o próprio governo se retirou da cidade em virtude da amplitude do movimento. Para Falcão (2010):

Com o abandono da cidade pelos representantes do poder burguês, a direção do movimento não se mostrou disposta a assumir a parcela de poder que lhe caiu no colo. Não tomou medidas que fortalecessem os ganhos dos trabalhadores e emparedassem o poder patronal. Limitou-se a negociar as reivindicações econômicas do movimento (FALCÃO, 2010, p. 102).

Naquele período, os operários tiveram um papel fundamental, o qual foi o de se organizarem para conseguir uma sociedade melhor e que o pensamento anarquista teve um papel fundamental para organização dos trabalhadores, principalmente entre 1906 até 1917. Anos em que ocorreram várias greves, as quais auxiliaram na formação de consciência e na emancipação dos trabalhadores contra o capitalismo brasileiro e as desigualdades de classes. Os Congressos foram um dos caminhos para tirar uma linha de ação e conseguir seus objetivos. O Estado estava mais preocupado, no primeiro momento, apenas com a questão da exportação do café. Já, em um segundo momento, começou a utilizar a repressão da polícia e as leis para expulsar os estrangeiros (LOPREATO, 2000).

3.2 PENSAMENTO OPERÁRIO NO BRASIL

Nessa perspectiva, faz-se necessário analisar quais linhas influenciaram os operários na República Velha, já que foi nesse período histórico que iniciaram os primeiros Congressos e uma maior organização dos trabalhadores, através do movimento sindical-operário, para reivindicar melhores condições de trabalho. Dentro disso, pode-se afirmar que três linhas marcam o movimento: os reformistas (reformista-socialista), os anarquistas (anarco-sindicalismo) e os comunistas.

3.2.1 Pensamento Reformista

Os reformistas eram favoráveis às pequenas mudanças, mas nada que modificasse a questão estrutural da sociedade. Ficavam em um debate raso; queriam mudanças em algumas questões, tais como: um melhor salário, melhores condições no trabalho, mas nada que fosse modificar de forma efetiva a sociedade. Logo, não questionavam a divisão de classe existente dentro do capitalismo e acreditavam que algumas reformas dentro do capitalismo iriam torná-lo mais humano. Esse pensamento analisava a greve como inevitável após a tentativa de uma negociação amigável.

Para Falcão (2010), na Primeira República brasileira, a organização operária predominante nesse período histórico, tinha um cunho do socialismo-reformismo. Isso foi o que dominou o pensamento social brasileiro naquele momento. Qualquer outra análise acabaria caindo em um idealismo ou em generalizações e em erros do cenário político. Carone também faz essa análise.

Do outro lado, o levantamento permite verificar a existência, no Brasil, da maioria das formas organizatórias e ideológicas europeias, mas, também, de um predomínio das correntes reformistas. A afirmação nega a tese dos que acentuam a hegemonia do anarquismo até a década de 1920: podemos dizer isto porque partimos do levantamento da realidade sindical e partidária da época, refletida no imenso número de publicações de jornais, livros e panfletos, material que, comparado com o de origem anarquista, comprova a grande inferioridade deste em relação ao volume de outras origens. Então, qual a razão do acento que damos ao anarquismo? Não há dúvidas de que o radicalismo extremista de certas correntes anarquistas fez com que a classe dominante europeia - e depois a brasileira - se voltasse mais para elas: os atentados a bomba levam certos países a adotarem medidas de exceção [...]; frequentemente também suas lideranças apresentam-se mais agressivas; e é preciso levar em conta o fato de o marxismo criticar constantemente o anarquismo, razão que o torna tema constante, no passado e no presente, e que faz com que aparente ser numericamente hegemônico. Estes e outros fatores ajudam a elevar o movimento anarquista brasileiro a uma posição quantitativa - não em qualidade - acima de sua situação real (CARONE, 1979, p. 08).

Essa tendência se aproximava dos patrões e dos governos para negociar suas reivindicações e optava, como uma forma de conseguir suas melhores condições, por acordos amigáveis com os patrões para assim atingir apenas seus objetivos imediatos. Essa linha começou a ser denominada de sindicato amarelo ou pelego. Mas, mesmo assim, foi a mais forte nas organizações operárias da República Velha, sem grandes lutas travadas por essa corrente devido a sua forma de organização ser bem apática e atrelada aos patrões e governos. Seus principais jornais, segundo Carone (1979) foram: *O Auxiliador da Indústria Nacional*, revista editada mensalmente pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e *O Artista*: órgão das classes proletárias (1883), do Rio.

3.2.2 Pensamento Anarquista

Durante o período da República Velha do Brasil, o Anarquismo foi um movimento influenciado por imigrantes que chegaram ao Brasil depois de serem expulsos de seus países justamente por sua militância operária. Os principais nomes da organização anarco-sindicalista no Brasil foram: Gigi Damiani, Florentino de Carvalho, Neno Vasco, Edgard Leuenroth, Giulio Sorelli, Oresti Ristori e José Oiticica (LOBREATO, 2000).

Os Anarquistas negavam o Estado e qualquer forma de controle social; lutavam por uma sociedade sem Estado e sem classes e, como método para chegar a esses objetivos, só existia uma única forma que era a organização dentro do movimento operário e das greves como luta econômica para conseguir colocar em cheque o sistema capitalista. Silva (1977) faz a seguinte observação:

Anarquistas querem a supressão do Estado e sua prática sindical, procuram ignorá-los, incentivando os trabalhadores a entrarem em entendimento direto com os patrões [...]. Enfatizavam a ineficácia da luta política, pois só reconheciam a maneira burguesa de fazer política e eram contra esta [...] Propagavam a ideia de que a eliminação do Estado era viável e necessária para a libertação dos homens e também, com igual ênfase a supressão da propriedade privada (SILVA, 1977, p. 68).

Para os anarquistas, o sindicato devia se envolver somente em atividades que melhorassem a condição de vida do trabalhador através das lutas dos trabalhadores de forma direta

com o patrão, levando essa luta ao plano econômico do capitalismo, pois todas as lutas pela ação parlamentar eram inúteis, já que iam cair dentro da luta da política burguesa e do jogo do capitalismo. Sobre essa questão política dos anarquistas, Carone (1979) faz os seguintes apontamentos:

Não é o partido, mas o sindicato que representa o órgão de aglutinação e a ponta-de-lança de luta do operariado a razão é a fragilidade dos partidos, que nascem e morrem. O mesmo não se pode repetir com relação ao sindicalismo. Por serem formas de organização mais simples, estarem interessados na defesa particular do trabalhador e preferentemente englobarem categorias diversas de trabalhadores, eles nascem, renascem e pululam com mais frequência (CARONE, 1979, p. 13).

Esse argumento de Carone (1979) é fundamental para compreender a negação da questão política partidária e centrar a luta através da organização sindical. Já que essa era a instituição que acabava se tornando a mais organizada, tendo em vista que ali se encontrava o proletário, ou seja, é no chão da fábrica que ele se encontrava com os seus semelhantes e acabava desenvolvendo a sua consciência de trabalhador e que a luta só ia ocorrer através de suas próprias condições de organização de base.

O anarquismo, no Brasil, desenvolve duas correntes: A Evolucionista, tendo como referencial Kropotkine, Jean Grave, Leon Tolstoi. Seu método negava o Estado; denunciava a opressão capitalista sobre o povo e predizia que o processo em direção ao comunismo seria lento, mas inevitável! Neste intercurso, a ação operária era firme, com manifestação de greve e outras destinadas a obrigar o regime a ceder diante das necessidades materiais da classe trabalhadora. Já a outra corrente era a Ação Direta, que tinha como referencial Bakunine, cujo objetivo era o fim da sociedade de classes. Para isso, contra a violência burguesa, proclamava a violência proletária. Idealizavam o uso tático da Greve Geral, que significava que no momento da agitação da classe trabalhadora, esta deveria aproveitar a situação e se aposar dos meios de produção. Logo, da greve passar-se-ia à tomada do poder e à consequente destruição do sistema burguês. (CARONE, 1979).

Em oposição a essas ideias, Ricardo Antunes (1980, p. 188) afirma que “toda luta econômica transforma-se em luta política. Dentro desse contexto, a greve era um momento privilegiado no processo de constituição da consciência operária”. Dessa forma, não tinha como separar a questão econômica da questão política, além disso, toda luta dos operários era também uma luta política. Outra questão era

Esta orientação ideológica negligenciava o momento explicitamente político, de luta pelo poder estatal, e ao fazer isso drenava todo seu potencial numa luta imediata e não direcionava para a efetiva superação do capitalismo [...] não admitia na sua doutrina a criação da organização político-partidária das classes subalternas e, decorrente se isolava no cenário político [...] não buscando aliança com outros setores dominados, especialmente o campesinato (ANTUNES, 1980, p. 86).

Nesse sentido, alguns militantes acabaram vendo que essa luta, por essa forma de ação, tornava-se inviável e que era necessária a participação política dentro do partido. Esse era o modo de se conseguir a aliança com todos os operários e a transformação da sociedade. Com isso, criou-se o Partido Comunista Brasileiro (PCB) no ano de 1922 e a maioria dos

milитantes que fundaram o partido eram ex-anarquistas.

3.2.3 Pensamento Comunista

Comunistas e anarquistas divergem e convergem. Há elementos comuns, ideológicos e táticos e estratégicos entre ambos. Como questão de divergência, podem-se verificar as questões políticas, o parlamento, e a organização operária através do partido. Já em convergência, tem-se como medida final, o fim da sociedade de classe e do Estado burguês, além do fim da propriedade privada. (CARONE, 1979).

Os maiores problemas para a continuidade da direção anarquista do movimento operário, nos maiores centros industriais do Brasil, acabavam vindos de fora. A Revolução Russa foi muito saudada, até pelos próprios libertários no Brasil. O PCB, nascido em 1922, como expressão de um movimento mundial e suas bases teóricas e de organização seguia orientações vindas da III Associação Internacional dos Trabalhadores - Internacional Comunista.

Nesse sentido Antunes (1983, p.55) afirma que:

No Congresso de fundação do PCB, com exceção do alfaiate Manuel Cendón, todos os demais membros eram oriundos do anarco-sindicalismo: Astrojildo Pereira e Cristiano Cordeiro (intelectuais), Joaquim Barbosa (alfaiate), João da Costa Pimenta (tipógrafo), Luís Peres (vereador), Hermógenes da Silva (eletricista), Abílio de Nequete (barbeiro) e José Elias (construção civil).

A transição do pensamento anarco-sindicalista para o comunismo ocorre através da criação de um partido, que nascia de uma nova orientação aos explorados no país, sendo que esse partido era fundado por oito ex-membros do anarquismo, mas que viram que esse projeto de luta, apenas no âmbito econômico, não tinha os resultados esperados diante da envergadura das lutas travadas.

Antunes (1980, p. 78) declara que:

A criação do PCB em 1922 foi, na verdade, uma opção de ex-militantes anarquistas que percebendo a inviabilidade do projeto libertário, optaram por uma nova concepção de mundo, cuja implementação carecia da constituição de uma organização político-partidária, que além de organizar a massa operária, através da constituição de um bloco hegemônico alternativo que englobasse o proletariado urbano e os demais subalternos, especialmente aqueles do campo, visava à luta pelo controle do Estado, dando uma dimensão nitidamente política à luta operária, rompendo com o viés economicista dado pela ação direta.

Apesar da criação do PCB não representar uma alternativa efetiva do poder, causava apreensão ao Estado, devido ao contexto internacional, pois na Rússia, ocorria uma revolução proletária. Embora tenha sido fundado ainda no começo da década de 1920 no Brasil, o PCB só começou a ganhar uma maior visibilidade na década de 1930.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O pensamento social e filosófico brasileiro era fortemente conservador, permeado pela hegemonia do pensamento liberal positivista de Benjamin Constant e de Rui Barbosa. Além

disso, destaca-se que, nesse período, foram poucas as conquistas reais que os trabalhadores tiveram, através das leis criadas pela nascente república.

Nesse período, iniciou o trabalho assalariado do proletariado urbano, que se consolidou no eixo Rio-São Paulo, sendo que foi um momento de grande ascensão das indústrias dentro desse período, chegando a uma crescente de 700% no número de operários durante a República Cafeeira. O operário brasileiro, em sua maioria, era imigrante da Europa, principalmente da Espanha, da Itália e de Portugal.

O I Congresso Operário (1906) foi importante para trazer um norte de luta dos trabalhadores no Brasil. O principal pensamento existente dentro do movimento operário foi o de uma linha reformista – luta por dentro do Estado. Mas as maiores ações de greves ocorreram através de linhas anarquistas que tiveram influência nas principais lutas entre 1906 até 1917 no Brasil. Inclusive teve uma das principais greves registradas até a atualidade – Greve de 1917, que foi conduzida pelos anarquistas.

O Estado brasileiro tinha como prioridade a exportação do café e, por isso, tratou as lutas dos operários dentro das indústrias através da repressão policial e de leis de expulsão de estrangeiros. Já no setor agroexportador do café, os ferroviários, os portuários e o Governo tentaram cooptar os trabalhadores. Esses setores eram marcados por uma linha reformista da organização operária – denominados Organizações Amarelas e Pelegas.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro. **Classe Operária, Sindicatos e Partidos no Brasil (Um estudo sobre a Consciência de Classe: 1930 – 35)**. 1980. 279 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). UNICAMP, Campinas, 1980. Disponível em: <<http://bdtdj.ibict.br/executarAcao.jsp?codAcao=3&codTd=154437&url=http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000044638>>. Acesso em: 25 nov. 2018.

ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro. **O que é Sindicalismo**. 8ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

ARAÚJO, José Carlos de Souza. Republicanismo e escola na ótica primária nas Mensagens dos Presidentes de Estado de Minas Gerais (1891-1930). In: ARAÚJO, José Carlos de Souza; SOUZA, Rosa Fátima de; PINTO, Rubia-Mar Nunes. **Escola Primária na Primeira República (1889-1930)**: subsídio para história comparada. Araraquara: Junqueira e Marin, 2012, p. 100-150.

BATALHA, Cláudio H. M. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O Brasil republicano I: o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BATALHA, Cláudio H. M. identidade da Classe Operária no Brasil (1880-1920): Atipicidade ou Legitimidade? **Revista Brasileira de História**. São Paulo, vol. 12, nº 23/24. Set./ago., 1992, p. 111-124. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwiLk7fplJnhAhVIErkGHf1aBNgQFjAAegQIBhAC&url=https%3A%2F%2Fwww.anpuh.org%2Farquivo%2Fdownload%3FID_ARQUIVO%3D3716&usg=AOvVaw2sf7pTyIy6Fzdh9fV3hukM>. Acesso em: 21 mar. 2019.

BATALHA, Cláudio H. M. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro:

ro: Jorge Zahar, 2000.

CARONE, Edgard. **Movimento Operário no Brasil (1877 – 1944)**. São Paulo: DIFEL, 1979.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. **A “questão social” no Brasil**: Crítica do discurso político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Coleção Retratos do Brasil, vol.162, 1982.

DEAN, Warren A. **Industrialização de São Paulo**. São Paulo, DIFEL/EDUSP. 1971

DULLES, John W. F. **Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900 – 1935)**. Trad. César Parreiras Horta; 2ª Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

ESTEPHAN, Felipe Victor. **O Café e o Crescimento Industrial Brasileiro na Primeira República (1889-1929)**: O Caso do Setor de Bens de Capital e do Setor Siderúrgico. Monografia. 2015.

FALCÃO, Frederico José. **Organizações Revolucionárias no Brasil: Itinerários de Integração à Ordem**. 2010. 533 f. Tese (Doutorado em Serviço Social). UFRJ, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://www.cpihts.com/PDF05/Frederico%20Falc%C3%A3o.pdf>>. Acesso em 25 nov. 2018.

FAUSTO, Boris. **Pequenos ensaios de história da República**. (1889-1945). In coleção Cadernos do CEBRAP, nº 10. São Paulo, 1973.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**, 34ª ed. São Paulo: Cia. Das Letras, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GORENDER, Jacob. **A Burguesia Brasileira**. 7ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LOPREATO, Chistina Roquette. **O Espírito da Revolta: A Greve Geral Anarquista de 1917**. São Paulo: Annablume, 2000.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Trad. Antônio Carlos Braga; São Paulo: Escala, 2007.

PINHEIRO, Paulo Sergio; HALL, Michael M. **A Classe Operária no Brasil, 1889-1930**, documentos. São Paulo, Alfa-Ômega, v. 1, 1979.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

RIBEIRO, Ludmila Mendonça Lopes; MACHADO, Igor Suzano. Repressão, autonomia e responsividade: o direito que se exerce nas delegacias de polícia no Brasil. **Sociedade e Estado**. Vol. 29, nº 01 Brasília Jan./Abr. 2014, p. 153-180.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Trabalhadores, Sindicatos e Industrialização**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

SAES, Flavio Azevedo Marques de. A controvérsia sobre a industrialização na Primeira República. São Paulo: **Estudos Avançados**, vol. 3, nº. 7, p. 20-39, set/dez. 1989.

SILVA, Lígia Maria Osório. **Movimento Sindical Operário na Primeira República**. 216 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia). UNICAMP, Campinas, 1977. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/281837/1/Silva_LigiaMariaOsorio_M.pdf>. Acesso em 25 nov. 2018.

TOLEDO, Edilene. **Anarquismo e sindicalismo revolucionário**: trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.